

**CONCURSO PÚBLICO - EDITAL N.º 01/2017- SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL
DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE – MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL/RS**

PARECER DA BANCA EXAMINADORA

CARGO: ASSISTENTE DE PLANEJAMENTO

QUESTÃO 02

GABARITO PRELIMINAR: A

Descoberto povo pré-colombiano governado por mulheres

Técnica moderna de análise de DNA mitocondrial revela que os Chaco, povo próspero que habitava o Novo México em 1000 a.C., eram comandados por mulheres.

Três mil adornos feitos de conchas do Pacífico e 13 mil miçangas e pingentes de turquesa. Era essa a decoração de apenas um dos 14 mortos encontrados em uma cripta funerária que data de 1000 a.C. em um cânion no Novo México, no sul dos EUA. Pertencente à cultura pré-colombiana dos Chaco, o mausoléu, repouso eterno das maiores autoridades políticas e sociais do povo do deserto, _____ gerações de uma só família – que, agora se sabe, passou o poder de mãe para filha, e não de pai para filho, por aproximadamente 330 anos.

O segredo para revelar essa dinastia matriarcal centenária só pode ser detectado no microscópio: no ser humano, o DNA principal, que fica no núcleo celular, é uma mistura do código genético dos pais da criança, mas o DNA de nossas mitocôndrias (organela responsável pela respiração da célula) _____ só da mãe.

Ou seja: em governos hereditários patriarcais, cada rei ou imperador carrega em suas mitocôndrias o DNA das mulheres de uma família diferente. Já nos matriarcais, as organelas se _____ idênticas geração após geração.

Segundo a revista NewScientist, os Chaco eram sofisticados do ponto de vista tecnológico: adaptaram-se ao clima quente e seco do deserto construindo reservatórios e sistemas de irrigação, conectaram seus vilarejos com uma rede de estradas e construíram prédios com centenas de “apartamentos”. Apesar disso, não desenvolveram o próprio método de escrita – motivo pelo qual não se conhecia, até hoje, sua organização política.

A cripta em questão, cuja investigação foi liderada por Douglas J. Kennett, da Universidade Estadual da Pensilvânia, era parte de um conjunto habitacional de 650 cômodos chamado Pueblo Bonito, uma construção monumental para os padrões da época. Além desse conjunto, havia outros 12, mas nenhum tão grande – é provável que cada “condomínio” desses fosse dominado por uma família diferente, mas que todos mantivessem relações sociais e comerciais.

No artigo, os pesquisadores afirmam que uma seca duradoura pode ter posto fim ao próspero reino indígena. O desmatamento decorrente da ocupação da área, por exemplo, teria aumentado a erosão do solo e criado problemas para a agricultura. Sem registros escritos, porém, é impossível ter certeza.

<http://super.abril.com.br/historia/descoberto-povo-...> - adaptado.

Com base no texto, marcar C para as afirmativas Certas, E para as Erradas e, após, assinalar a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

- Os Chaco, primeiros colombianos a viver em um cânion no Novo México, tinham um poder matriarcal, passado de mãe para filha.
- Todo rei ou imperador foi governado por uma mulher em alguma geração de sua família.
- O povo Chaco era analfabeto, motivo pelo qual nunca conseguiu se organizar politicamente.
- Como não se tem registros escritos dos Chaco, não se pode afirmar com certeza o que pôs fim ao seu povo, ainda que pesquisadores afirmem que eles podem ter sido vítimas de uma seca duradoura.

- a) E - E - E - C.
- b) C - E - C - E.
- c) E - C - E - C.
- d) C - E - E - C.
- e) C - C - C - C.

Tendo em vista o recurso interposto, manifesta-se a Banca Examinadora conforme segue:

Preliminarmente, é importante destacar que o conteúdo da presente questão está contemplado no edital do certame no tópico “leitura e interpretação de variados gêneros discursivos”, sendo que foi elaborada com base no texto em tela.

A primeira afirmativa foi assim apresentada:

() Os Chaco, primeiros colombianos a viver em um cânion no Novo México, tinham um poder matriarcal, passado de mãe para filha.

De acordo com a o texto, tem-se que:

(...) um dos 14 mortos encontrados em uma cripta funerária que data de 1000 a.C. em um cânion no Novo México, no sul dos EUA. Pertencente à cultura pré-colombiana dos Chaco(...)

Em sendo assim, a afirmativa está errada.

A segunda afirmativa foi assim apresentada:

() Todo rei ou imperador foi governado por uma mulher em alguma geração de sua família.

Conforme disposto no texto:

Ou seja: em governos hereditários patriarcais, cada rei ou imperador carrega em suas mitocôndrias o DNA das mulheres de uma família diferente.

Desse modo, a afirmativa está errada.

A terceira afirmativa foi assim apresentada:

() O povo Chaco era analfabeto, motivo pelo qual nunca conseguiu se organizar politicamente.

Segundo dispõe o texto:

Apesar disso, não desenvolveram o próprio método de escrita – motivo pelo qual não se conhecia, até hoje, sua organização política.

Dessa forma, a afirmativa está errada.

A quarta afirmativa foi assim apresentada:

() Como não se tem registros escritos dos Chaco, não se pode afirmar com certeza o que pôs fim ao seu povo, ainda que pesquisadores afirmem que eles podem ter sido vítimas de uma seca duradoura.

Conforme o texto:

No artigo, os pesquisadores afirmam que uma seca duradoura pode ter posto fim ao próspero reino indígena. (...) Sem registros escritos, porém, é impossível ter certeza.

Assim, a afirmativa está certa.



Em sendo assim, a primeira, segunda e terceira afirmativas estão erradas e a quarta afirmativa está certa (E-E-E-C) - alternativa "a" e, portanto, o gabarito deve ser mantido.

CONCLUSÃO: RATIFIQUE-SE o gabarito preliminar.

É o parecer, S.M.J.

Porto Alegre, 19 de maio de 2017.

OBJETIVA Concursos Ltda.



CONCURSO PÚBLICO - EDITAL N.º 01/2017- SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL
DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE – MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL/RS

PARECER DA BANCA EXAMINADORA

CARGO: ASSISTENTE DE PLANEJAMENTO

QUESTÃO 07	GABARITO PRELIMINAR: A
<p><i>Em relação à acentuação viciosa, analisar os itens abaixo, considerando-se a exata pronúncia das palavras e sua classificação quanto ao acento tônico, evitando-se uma silabada, denominação dada ao erro de prosódia:</i></p> <p><i>I - São oxítonas: “ruim”, “mister”, “Nobel”, “ureter” etc.</i> <i>II - São paroxítonas: “ibero”, “rubrica”, “avaro”, “ciclope”, “misantropo” etc.</i> <i>III - São proparoxítonas: “ômega”, “ágape”, “aerólito”, “interim”, “arquétipo” etc.</i></p> <p><i>Está(ão) CORRETO(S):</i></p> <p><i>a) Todos os itens.</i> <i>b) Somente o item III.</i> <i>c) Somente os itens I e II.</i> <i>d) Somente os itens I e III.</i> <i>e) Somente os itens II e III.</i></p>	

Tendo em vista o recurso interposto, manifesta-se a Banca Examinadora conforme segue:

Preliminarmente, é importante destacar que o conteúdo da presente questão está contemplado no edital do certame nos tópicos “acentuação gráfica e suas regras”, sendo que foi elaborada com base na Gramática do português contemporâneo, de Celso Cunha, páginas 33 e 34 (“Acentuação viciosa”).

O item I foi assim apresentado:

I - São oxítonas: “ruim”, “mister”, “Nobel”, “ureter” etc.

De acordo com a Gramática acima referida, tem-se que:

a) são **oxítonas**: (...) mister, (...) Nobel, (...) ruim, ureter.

Em sendo assim, o item está correto.

O item II foi assim apresentado:

II - São paroxítonas: “ibero”, “rubrica”, “avaro”, “ciclope”, “misantropo” etc.

Conforme disposto na referida Gramática:

b) são **paroxítonas**: (...) avaro, (...) ciclope (...) ibero, (...) misantropo, (...) rubrica (...)

Desse modo, o item está correto.

Quanto ao item III, o mesmo foi assim apresentado:

III - São proparoxítonas: “ômega”, “ágape”, “aerólito”, “ínterim”, “arquétipo” etc.

Segundo dispõe a referida Gramática:

c) são **proparoxítonas**: (...) ágape, (...) aerólito, (...) arquétipo, (...) ômega, (...) ínterim,
(...)

Dessa forma, o item III está correto.

Em sendo assim, todos os itens estão corretos – alternativa “a” e, portanto, o gabarito deve ser mantido.

CONCLUSÃO: RATIFIQUE-SE o gabarito preliminar.

É o parecer, S.M.J.

Porto Alegre, 19 de maio de 2017.

OBJETIVA Concursos Ltda.

**CONCURSO PÚBLICO - EDITAL N.º 01/2017- SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL
DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE – MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL/RS**

PARECER DA BANCA EXAMINADORA

CARGO: ASSISTENTE DE PLANEJAMENTO

QUESTÃO 08	GABARITO PRELIMINAR: E
<p>Quanto à classificação das palavras sublinhadas, numerar a 2ª coluna de acordo com a 1ª e, após, assinalar a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:</p> <p>(1) <i>Adjetivo.</i> (2) <i>Advérbio.</i> (3) <i>Substantivo.</i></p> <p>() "... a decoração de <u>apenas</u> um dos..." () "O desmatamento <u>decorrente</u> da ocupação..." () "... dominado por uma família <u>diferente</u>..."</p> <p>a) 1 - 1 - 3. b) 2 - 3 - 1. c) 2 - 1 - 3. d) 3 - 2 - 1. e) 2 - 1 - 1.</p>	

Tendo em vista o recurso interposto, manifesta-se a Banca Examinadora conforme segue:

Preliminarmente, é importante destacar que o conteúdo da presente questão está contemplado no edital do certame no tópico "classes de palavras variáveis (adjetivo, artigo, numeral, pronome, substantivo e verbo), reconhecimento, classificação, uso e flexão", sendo que foi elaborada com base no dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa:

"Apenas", com sentido de "somente, unicamente, exclusivamente": advérbio.
"Decorrente": adjetivo de dois gêneros.
"Diferente": adjetivo de dois gêneros.

Como se vê, não há na 2ª coluna termo qualquer que seja classificado como substantivo, logo este não será numerado. Acrescenta-se, ainda, que não há na questão ou na prova como um todo qualquer comando que obrigue que todos os números da 1ª coluna devam ser utilizados na 2ª coluna.

Em sendo assim, a numeração correta da 2ª coluna é: 2-1-1 (advérbio, adjetivo, adjetivo) - alternativa "e" e, portanto, o gabarito deve ser mantido.

CONCLUSÃO: RATIFIQUE-SE o gabarito preliminar.

É o parecer, S.M.J.

Porto Alegre, 19 de maio de 2017.

OBJETIVA Concursos Ltda.

**CONCURSO PÚBLICO - EDITAL N.º 01/2017- SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL
DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE – MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL/RS**

PARECER DA BANCA EXAMINADORA

CARGO: ASSISTENTE DE PLANEJAMENTO

QUESTÃO 11	GABARITO PRELIMINAR: B
<p><i>De acordo com a norma padrão da língua, em qual alternativa a frase NÃO apresenta erro?</i></p> <p>a) <i>Diga se há algo para mim fazer.</i> b) <i>Assisti à peça bastantes vezes.</i> c) <i>Aqueles dois não têm ideias a fins.</i> d) <i>Todos ali estavam mau-humorados.</i> e) <i>Sabe aonde fica a secretaria do curso?</i></p>	

Tendo em vista o recurso interposto, manifesta-se a Banca Examinadora conforme segue:

Preliminarmente, é importante salientar que o conteúdo da presente questão está contemplado no edital do certame no tópico “reconhecimento de frases corretas e incorretas.”, sendo que a mesma foi elaborada com base no Dicionário Caldas Aulete.

De acordo com o referido Dicionário, tem-se que:

mim pr.pess.

1. Forma oblíqua tônica de 'eu'; funciona como complemento precedido de preposição: *Escolheram a mim; Em mim você pode confiar*

(...) Quando a preposição que o antecede é *para* (Este café é para mim), não confundir com a situação em que o pronome é sujeito da oração e, portanto, deve ser *eu*: Este café é para eu tomar.]

Na alternativa “b”, o termo “bastante” está empregado como pronome indefinido, sendo, portanto, variável e concordando obrigatoriamente com o substantivo ao qual se refere: “vezes”. Nesse caso, está correta a flexão “bastantes”, uma vez que possui sentido de “muitas”, “numerosas”: “Assisti à peça muitas/numerosas vezes”.

Na alternativa “c”, os termos “a fins” estão incorretamente empregados de acordo com o contexto da frase, que exige o emprego do adjetivo “afins” no lugar: **afim** a2g. Que possui ou manifesta afinidade, analogia, ou apresenta semelhança (com algo ou alguém já conhecido ou mencionado): “... coletes, cintas e objetos afins...”

A alternativa “d” apresenta erro de grafia na palavra “mau-humorados”, sendo correta a forma “mal-humorados”.

Na alternativa “e”, o advérbio “aonde” (que possui sentido de “para onde”, “para que lugar”) está erroneamente empregado considerando-se o contexto da ação, que não exige movimento (verbo “ficar”). Nesse caso, o correto seria o uso de “onde”, que possui sentido de “em que”, “em que lugar”.

Em sendo assim, a única alternativa que contempla frase que não apresenta erro é “b” e, portanto, o gabarito deve ser mantido.

CONCLUSÃO: RATIFIQUE-SE o gabarito preliminar.

É o parecer, S.M.J.

Porto Alegre, 19 de maio de 2017.

OBJETIVA Concursos Ltda.

**CONCURSO PÚBLICO - EDITAL N.º 01/2017- SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL
DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE – MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL/RS**

PARECER DA BANCA EXAMINADORA

CARGO: ASSISTENTE DE PLANEJAMENTO

QUESTÃO 13	GABARITO PRELIMINAR: D
<p>Marcar C para as frases com concordância nominal ou verbal Certa, E para as Erradas e, após, assinalar a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:</p> <p>() <i>Devem fazer horas que estou esperando o resultado do exame.</i> () <i>Hajam vista as reações, o comentário do professor foi infeliz para o momento.</i> () <i>Queremos que as questões da prova sejam o mais fáceis possível.</i> () <i>Choveu ofertas nas lojas de eletrodomésticos.</i></p> <p>a) E - E - E - C. b) E - C - E - C. c) C - E - E - E. d) E - C - C - E. e) C - E - E - C.</p>	

Tendo em vista o recurso interposto, manifesta-se a Banca Examinadora conforme segue:

Preliminarmente, é importante destacar que o conteúdo da presente questão está contemplado no edital do certame no tópico “concordância nominal e verbal”, sendo que foi elaborada com base na Gramática de Faraco & Moura.

A primeira afirmativa foi assim apresentada:

() Devem fazer horas que estou esperando o resultado do exame.

De acordo com a Gramática acima referida, tem-se que:

O verbo *fazer* é impessoal quando indica tempo. Quando um verbo impessoal estiver numa locução verbal, a construção ficará sempre na 3ª pessoa do singular, pois o sujeito é inexistente. No caso da primeira afirmativa, o correto seria “Deve fazer horas que...”.

Em sendo assim, a afirmativa está errada.

A segunda afirmativa foi assim apresentada:

() Hajam vista as reações, o comentário do professor foi infeliz para o momento.

Conforme disposto na referida Gramática:

Na expressão *haja vista*, a palavra *vista* é sempre invariável, podendo ocorrer três construções:

1ª: O diretor agiu muito mal. **Haja vista os comentários feitos pelos professores.**

2ª: O diretor agiu muito mal. **Haja vista aos comentários feitos pelos professores.**

3ª: O diretor agiu muito mal. **Hajam vista os comentários feitos pelos professores.**

Desse modo, a afirmativa está certa.

A terceira afirmativa foi assim apresentada:

() Queremos que as questões da prova sejam o mais fáceis possível.

Segundo dispõe a Gramática:

Nas expressões do tipo *o mais ... possível*, *o menos ... possível*, a palavra *possível* concorda com o artigo que inicia a expressão:

Encontrou argumentos o mais fáceis possível.
Encontrou argumentos os mais fáceis possíveis.

Dessa forma, a afirmativa está certa.

A quarta afirmativa foi assim apresentada:

() Choveu ofertas nas lojas de eletrodomésticos.

Conforme a Gramática:

Os verbos que indicam fenômenos meteorológicos, quando usados em sentido figurado, não são impessoais. Portanto, concordam com seu sujeito:
Choveram telegramas de congratulações.

Assim, a afirmativa está errada.

Em sendo assim, a primeira e quarta afirmativas estão erradas e a segunda e terceira afirmativas estão certas (E-C-C-E) – alternativa “d” e, portanto, o gabarito deve ser mantido.

CONCLUSÃO: RATIFIQUE-SE o gabarito preliminar.

É o parecer, S.M.J.

Porto Alegre, 19 de maio de 2017.

OBJETIVA Concursos Ltda.

**CONCURSO PÚBLICO - EDITAL N.º 01/2017- SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL
DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE – MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL/RS**

PARECER DA BANCA EXAMINADORA

CARGO: ASSISTENTE DE PLANEJAMENTO

QUESTÃO 15

GABARITO PRELIMINAR: C

Considerando-se a representação semântica da palavra “vendo” no contexto da tirinha abaixo, é CORRETO afirmar que ocorre:



- a) Denotação.
- b) Conotação.
- c) Homonímia.
- d) Homofonia.
- e) Sinonímia.

Tendo em vista o recurso interposto, manifesta-se a Banca Examinadora conforme segue:

Preliminarmente, é importante salientar que o conteúdo da presente questão está contemplado no edital do certame no tópico “sinônimos, antônimos, polissemia, homônimos e parônimos, denotação e conotação, figuras de linguagem.”.

Considerando-se que a questão foi elaborada com base no Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa, de acordo com a representação semântica da palavra “vendo” na tirinha, tem-se que:

Ocorre homonímia, uma vez que há “relação entre formas linguísticas que, com significados diferentes [‘ver’ e ‘vender’], têm a mesma forma gráfica e fônica ou apenas fônica”. [grifo nosso]

Em sendo assim, a única alternativa correta na questão é “c” e, portanto, o gabarito deve ser mantido.

CONCLUSÃO: RATIFIQUE-SE o gabarito preliminar.

É o parecer, S.M.J.

Porto Alegre, 19 de maio de 2017.

OBJETIVA Concursos Ltda.

**CONCURSO PÚBLICO - EDITAL N.º 01/2017- SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL
DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE – MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL/RS**

PARECER DA BANCA EXAMINADORA

CARGO: ASSISTENTE DE PLANEJAMENTO

QUESTÃO 16	GABARITO PRELIMINAR: B
<p><i>A soma da idade de dois colegas de trabalho (Carlos e Daniel) é igual a 60 anos. Sabe-se que Carlos é mais velho que Daniel. Ao se dividir o resultado da soma das suas idades em duas partes, tais que o produto de uma idade pelo quadrado da outra seja máximo, é CORRETO afirmar que a idade de Daniel é:</i></p> <p>a) 18 anos. b) 20 anos. c) 22 anos. d) 24 anos. e) 26 anos.</p>	

Tendo em vista o recurso interposto, manifesta-se a Banca Examinadora conforme segue:

Preliminarmente, é importante destacar que o conteúdo da presente questão está contemplado no edital do certame no tópico “Matemática”, sendo que foi elaborada com base no conteúdo de Derivação (máximos e mínimos).

Cabe lembrar que na resolução de um problema prático envolvendo máximos e/ou mínimos devemos sempre nos preocupar em equacionar o problema envolvendo o que se deseja maximizar ou minimizar. Em seguida, devemos transformar o problema em uma função cujos máximos ou mínimos se procuram; com os dados do problema, exprimir a função obtida em uma só variável; e calcular os extremos relativos da função, logo, sabe-se que a soma da idade de dois colegas de trabalho (Carlos e Daniel) é igual a 60 anos. Sabe-se que Carlos é mais velho que Daniel. Ao se dividir o resultado da soma das suas idades em duas partes, tais que o produto de uma idade pelo quadrado da outra seja máximo.

Primeiramente, sabemos que Carlos é mais velho que Daniel e que somando as idades é igual a 60.

Definidos “C” Carlos e “D” Daniel, temos:

$$C + D = 60$$
$$D = 60 - C \quad \text{e} \quad C^2 \cdot D = \text{máximo}$$

$$Z(\text{máximo}) = C(60 - C)^2$$
$$Z(\text{máximo}) = C(3600 - 120C + C^2)$$
$$Z(\text{máximo}) = 3600C - 120C^2 + C^3 \quad (\text{deriva-se})$$
$$Z'(\text{máximo}) = 3600 - 240C + 2C^2$$

Ao resolver a equação do segundo grau temos $x' = 60$ e $x'' = 20$

Sabemos que a soma das idades é igual a 60; neste caso não podemos utilizar o $x' = 60$, restando apenas o $x'' = 20$.

Sendo assim, sabemos que um deles tem 20 anos; logo o outro deve ter 40, para completar os 60 anos.

Para confirmar que o produto de uma idade pelo quadrado da outra seja máximo, temos:

$$40^2 \cdot 20$$

$$1600 \cdot 20$$

32000 (o produto de uma idade pelo quadrado da outra seja MÁXIMO é igual a 32000), sendo assim confirmamos que um tem 20 anos e o outro 40.

Para certificarmos, podemos verificar os valores aproximados e realizar a prova real, para que o valor seja MÁXIMO:

$$39^2 \cdot 21 = 31.941 \text{ e } 41^2 \cdot 19 = 31939$$

Se Daniel é mais novo do que Carlos, logo a idade dele é igual a 20 anos.

Em sendo assim, a única alternativa correta na questão é “b” e, portanto, o gabarito deve ser mantido.

CONCLUSÃO: RATIFIQUE-SE o gabarito preliminar.

É o parecer, S.M.J.

Porto Alegre, 19 de maio de 2017.

OBJETIVA Concursos Ltda.

**CONCURSO PÚBLICO - EDITAL N.º 01/2017- SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL
DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE – MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL/RS**

PARECER DA BANCA EXAMINADORA

CARGO: ASSISTENTE DE PLANEJAMENTO

QUESTÃO 18	GABARITO PRELIMINAR: A
<p><i>Certa árvore de determinada espécie foi plantada na região central de Caxias do Sul, e sabe-se que essa determinada espécie cresce de acordo com a função $h(t) = \frac{20t+6}{t+3}$, em que h representa a altura da árvore, em metros, e t, o tempo em anos desde que foi plantada. Considerando-se que não foram e não serão realizadas podas, qual é a altura máxima que essa árvore poderá atingir?</i></p> <p>a) 20m b) 23m c) 26m d) 29m e) 32m</p>	

Tendo em vista o recurso interposto, manifesta-se a Banca Examinadora conforme segue:

Preliminarmente, é importante destacar que o conteúdo da presente questão está contemplado no edital do certame no tópico “Matemática”, sendo que foi elaborada com base no conteúdo de Derivação.

Em conformidade com o enunciado da questão sabe-se que Certa árvore de determinada espécie foi plantada na região central de Caxias do Sul, e sabe-se que essa determinada espécie cresce de acordo com a função $h(t) = \frac{20t+6}{t+3}$, em que h representa a altura da árvore, em metros, e t , o tempo em anos

desde que foi plantada. Considerando-se que não foram e não serão realizadas podas, qual é a altura máxima que essa árvore poderá atingir? Em conformidade com Matemática completa (3ª série - Ensino Médio)/ José Ruy Giovanni, José Roberto Bonjorno 2005. O limite da função polinomial para x tendo a mais ou menos infinito são iguais a $+\infty$ ou $-\infty$ conforme o sinal de a_n e a prioridade de n . O limite da função polinomial em x , para x tendendo a mais ou menos infinito, é igual ao limite do termo de maior grau. Em análise a função observamos que o numerador e o denominador crescem, ambos, indefinidamente, isto é, o limite é do tipo $\frac{\infty}{\infty}$. Este símbolo é de indeterminação, ou seja, o limite é da forma indeterminada. Sendo assim, para resolver este limite, vamos dividir o numerador e o denominador pela maior potência de x .

$$h(t) = \frac{\frac{20t}{t} + \frac{6}{t}}{\frac{t}{t} + \frac{3}{t}} \Rightarrow h(t) = \frac{20 + \frac{6}{t}}{\frac{3}{t}} \Rightarrow h(t) = \frac{20 + \frac{6}{\infty}}{\frac{3}{\infty}} = \frac{20}{1} = 20$$

Considerando-se que não foram e não serão realizadas podas, qual é a altura máxima que essa árvore poderá atingir? Com base no cálculo acima, verifica-se que a altura máxima que essa árvore poderá atingir é de 20m, não ultrapassando essa metragem e, sendo assim, somente a alternativa “a” está correta.

Outrossim, quanto à alegação de eventual similaridade entre o conteúdo da presente questão com outros referenciais publicados, a mesma não merece prosperar. Cumpre enfatizar que não se trata, sob nenhum aspecto, de enunciado e/ou alternativas idênticos, de modo que a mera semelhança de conteúdo se deve ao fato de utilizar-se da contextualização usando o mesmo objeto (árvore), que em nada compromete o ineditismo do seu enunciado e de sua resolução.

CONCLUSÃO: RATIFIQUE-SE o gabarito preliminar.

É o parecer, S.M.J.

Porto Alegre, 19 de maio de 2017.

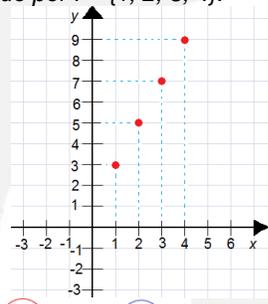
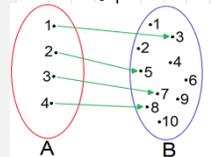
OBJETIVA Concursos Ltda.



**CONCURSO PÚBLICO - EDITAL N.º 01/2017- SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL
DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE – MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL/RS**

PARECER DA BANCA EXAMINADORA

CARGO: ASSISTENTE DE PLANEJAMENTO

QUESTÃO 19	GABARITO PRELIMINAR: D
<p>O setor administrativo de determinada autarquia é composto por 4 Assistentes de Planejamento, que deverão votar em um dos 10 funcionários do setor operacional para participar de certa conferência. Considerando-se que os Assistentes de Planejamento são representados pelo conjunto $A = \{1, 2, 3, 4\}$, que os funcionários do setor operacional são representados pelo conjunto $B = \{1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10\}$, e que o resultado da votação foi expresso pela função $f(x): A \rightarrow B$, definida por $f(x) = \{(x, y) \in A \times B \mid y = 2x + 1\}$, assinalar a alternativa CORRETA:</p> <p>a) Um dos funcionários do setor operacional recebeu dois votos. b) O conjunto domínio é representado por $D = \{3, 5, 7, 9\}$. c) O conjunto imagem é representado por $I = \{1, 2, 3, 4\}$.</p> <p>d) A representação gráfica é</p>  <p>e) O diagrama da votação é</p> 	

Tendo em vista o recurso interposto, manifesta-se a Banca Examinadora conforme segue:

Preliminarmente, é importante destacar que o conteúdo da presente questão está contemplado no edital do certame no tópico “Matemática”, sendo que foi elaborada com base no conteúdo de Teoria dos Conjuntos.

Em conformidade com o enunciado da questão, sabe-se que o setor administrativo de determinada autarquia é composto por 4 Assistentes de Planejamento, que deverão votar em um dos 10 funcionários do setor operacional para participar de certa conferência. Considerando-se que os Assistentes de Planejamento são representados pelo conjunto $A = \{1, 2, 3, 4\}$, que os funcionários do setor operacional são representados pelo conjunto $B = \{1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10\}$, e que o resultado da votação foi expresso pela função $f(x): A \rightarrow B$, definida por $f(x) = \{(x, y) \in A \times B \mid y = 2x + 1\}$, analisando as alternativas temos:

a) Um dos funcionários do setor operacional recebeu dois votos. Considerando-se o conjunto $A = \{1, 2, 3, 4\}$ e a imagem $I = \{3, 5, 7, 9\}$, e com análise no diagrama, pode-se afirmar que nenhum funcionário recebeu dois votos. Sendo assim a alternativa está incorreta.

b) O conjunto domínio é representado por $D = \{3, 5, 7, 9\}$. Dada uma função f de A em B , o conjunto A chama-se domínio da função, sendo assim o domínio da função é $D = \{1, 2, 3, 4\}$, sendo assim a alternativa está incorreta.

c) O conjunto imagem é representado por $I = \{1, 2, 3, 4\}$. Para cada $x \in A$, o elemento $y \in B$ chama-se imagem de x pela função f ou o valor assumido pela função f para $x \in A$ e o representamos por $f(x)$. Sendo assim, para o conjunto $A = \{1, 2, 3, 4\}$ dada a função $f(x) = \{(x,y) \in A \times B \mid y = 2x + 1\}$, temos;

$$f(x) = \{(x,y) \in A \times B \mid y = 2x + 1\}$$

$$y = 2x + 1 \Rightarrow 2.1 + 1 = 3$$

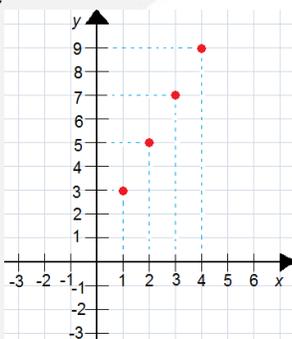
$$y = 2x + 1 \Rightarrow 2.2 + 1 = 5$$

$$y = 2x + 1 \Rightarrow 2.3 + 1 = 7$$

$$y = 2x + 1 \Rightarrow 2.4 + 1 = 9$$

Logo a imagem é $I = \{3, 5, 7, 9\}$, sendo assim a alternativa está incorreta.

d) A representação gráfica é



$$f(x) = \{(x,y) \in A \times B \mid y = 2x + 1\}$$

$$y = 2x + 1 \Rightarrow 2.1 + 1 = 3$$

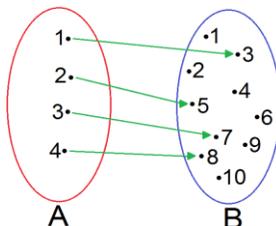
$$y = 2x + 1 \Rightarrow 2.2 + 1 = 5$$

$$y = 2x + 1 \Rightarrow 2.3 + 1 = 7$$

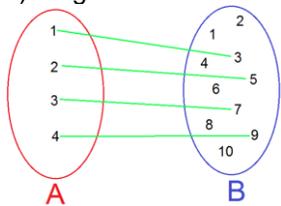
$$y = 2x + 1 \Rightarrow 2.4 + 1 = 9$$

Considerando-se o conjunto $A = \{1, 2, 3, 4\}$ e a imagem $I = \{3, 5, 7, 9\}$, o gráfico é dado pelos pontos: $(1, 3)$; $(2, 5)$; $(3, 7)$ e $(4, 9)$. Sendo assim a alternativa está correta.

e) O diagrama da votação é



Cabe lembrar que o contradomínio é representado por todos os elementos do conjunto B e a imagem pelos elementos do contradomínio (conjunto B) que possuem correspondência com o domínio (conjunto A). Logo temos como diagrama:



, sendo assim a alternativa está incorreta.

Em sendo assim, a única alternativa correta na questão é “d” e, portanto, o gabarito deve ser mantido.

CONCLUSÃO: RATIFIQUE-SE o gabarito preliminar.

É o parecer, S.M.J.

Porto Alegre, 19 de maio de 2017.

OBJETIVA Concursos Ltda.

**CONCURSO PÚBLICO - EDITAL N.º 01/2017- SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL
DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE – MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL/RS**

PARECER DA BANCA EXAMINADORA

CARGO: ASSISTENTE DE PLANEJAMENTO

QUESTÃO 29	GABARITO PRELIMINAR: C
<p>No Excel, o erro #VALOR! ocorre quando:</p> <p>a) Um número é dividido por zero. b) Um valor não está disponível para uma função ou fórmula. c) É usado o tipo errado de argumento ou operando. d) São inseridos valores numéricos inválidos em uma fórmula ou função. e) Uma coluna não é larga o bastante ou quando é usada uma data ou hora negativa.</p>	

Tendo em vista o recurso interposto, manifesta-se a Banca Examinadora conforme segue:

Preliminarmente, é importante destacar que o conteúdo da presente questão está contemplado no edital do certame no tópico “4.1.3.3 *Conceitos e Funções de Aplicativos: planilhas eletrônicas (MS Office: Excel)*”.

De acordo com o fragmento do Excel, tem-se:

Corrigir um erro #VALUE!

Esse erro ocorre quando é usado o tipo errado de argumento ou operando.

1. Opcionalmente, clique na célula que apresenta o erro, clique no botão exibido  e, em seguida, clique em **Mostrar etapas de cálculo** se essa opção for exibida.
2. Analise as possíveis causas e soluções a seguir.
 - Inserindo texto quando a fórmula requer um número ou valor lógico, como VERDADEIRO ou FALSO
 - Inserindo ou editando uma fórmula de matriz e, em seguida, pressionando ENTER
 - Inserindo uma referência de célula, uma fórmula ou uma função como uma constante de matriz
 - Fornecendo um intervalo a um operador ou a uma função que requer um valor único, não um intervalo
 - Usando uma matriz que não é válida em uma das funções de matriz da planilha
 - Executando uma macro que insere uma função que retorna #VALOR!

Cabe salientar que a presente questão solicitava o motivo de quando o erro #VALOR! acontecia e, não, as causas (que podem ser diversas). Sendo assim, a única alternativa correta na questão é “c” e, portanto, o gabarito deve ser mantido.

CONCLUSÃO: RATIFIQUE-SE o gabarito preliminar.

É o parecer, S.M.J.

Porto Alegre, 19 de maio de 2017.

OBJETIVA Concursos Ltda.

**CONCURSO PÚBLICO - EDITAL N.º 01/2017- SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL
DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE – MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL/RS**

PARECER DA BANCA EXAMINADORA

CARGO: ASSISTENTE DE PLANEJAMENTO

QUESTÃO 30	GABARITO PRELIMINAR: E
<p><i>Uma senha boa, bem elaborada, é aquela que é difícil de ser descoberta (forte) e fácil de ser lembrada. Não convém que o usuário crie uma senha forte se, quando for usá-la, não conseguir recordá-la. Também não convém que o usuário crie uma senha fácil de ser lembrada se ela puder ser facilmente descoberta por um atacante. Com base nisso, o usuário deve usar os seguintes elementos na elaboração de suas senhas:</i></p> <p><i>I - Números aleatórios: quanto mais ao acaso forem os números usados melhor, principalmente em sistemas que aceitem exclusivamente caracteres numéricos.</i></p> <p><i>II - Grande quantidade de caracteres: quanto mais longa for a senha mais difícil será descobri-la. Apesar de senhas longas parecerem, a princípio, difíceis de serem digitadas, com o uso frequente elas acabam sendo digitadas facilmente.</i></p> <p><i>III - Diferentes tipos de caracteres: quanto mais “bagunçada” for a senha mais difícil será descobri-la. Deve-se procurar misturar caracteres, como números, sinais de pontuação e letras maiúsculas e minúsculas. O uso de sinais de pontuação pode dificultar bastante que a senha seja descoberta, sem necessariamente torná-la difícil de ser lembrada.</i></p> <p>Está(ão) CORRETO(S):</p> <p>a) Somente o item I. b) Somente os itens I e II. c) Somente os itens I e III. d) Somente os itens II e III. e) Todos os itens.</p>	

Tendo em vista o recurso interposto, manifesta-se a Banca Examinadora conforme segue:

Preliminarmente, é importante destacar que o conteúdo da presente questão está contemplado no edital do certame no tópico “4.1.3.5 *Conceitos Básicos de Segurança da Informação: segurança para Internet*”, sendo que foi elaborada com base em CERT.BR. *Cartilha de Segurança para Internet*. Disponível em <http://cartilha.cert.br/>. Essa cartilha é considerada um importante material da área de informática.

De acordo com o fragmento da referida publicação, tem-se:

8.2. Elaboração de senhas

Uma senha boa, bem elaborada, é aquela que é difícil de ser descoberta (forte) e fácil de ser lembrada. Não convém que você crie uma senha forte se, quando for usá-la, não conseguir recordá-la. Também não convém que você crie uma senha fácil de ser lembrada se ela puder ser facilmente descoberta por um atacante.

Alguns elementos que você não deve usar na elaboração de suas senhas são:

Qualquer tipo de dado pessoal: evite nomes, sobrenomes, contatos de usuário, números de documentos, placas de carros, números de telefones e datas (estes dados podem ser facilmente olvidados e usados por pessoas que queiram tentar se autenticar como você).

Sequências de teclado: evite senhas associadas à proximidade entre os caracteres no teclado, como “1qa2!wsx” e “QwerTAsdfG”, pois são bastante conhecidas e podem ser facilmente observadas ao serem digitadas.

Palavras que façam parte de listas: evite palavras presentes em listas publicamente conhecidas, como nomes de músicas, times de futebol, personagens de filmes, dicionários de diferentes idiomas, etc. Existem programas que tentam descobrir senhas combinando e testando estas palavras e que, portanto, não devem ser usadas (mais detalhes na Seção 3.5 do Capítulo **Ataques na Internet**).

Alguns elementos que você deve usar na elaboração de suas senhas são:

Números aleatórios: quanto mais ao acaso forem os números usados melhor, principalmente em sistemas que aceitem exclusivamente caracteres numéricos.

Grande quantidade de caracteres: quanto mais longa for a senha mais difícil será descobri-la. Apesar de senhas longas parecerem, a princípio, difíceis de serem digitadas, com o uso frequente elas acabam sendo digitadas facilmente.

Diferentes tipos de caracteres: quanto mais “bagunçada” for a senha mais difícil será descobri-la. Procure misturar caracteres, como números, sinais de pontuação e letras maiúsculas e minúsculas. O uso de sinais de pontuação pode dificultar bastante que a senha seja descoberta, sem necessariamente torná-la difícil de ser lembrada.



Sendo assim, todos os itens estão corretos - alternativa "e" e, portanto, o gabarito deve ser mantido.

CONCLUSÃO: RATIFIQUE-SE o gabarito preliminar.

É o parecer, S.M.J.

Porto Alegre, 19 de maio de 2017.

OBJETIVA Concursos Ltda.



**CONCURSO PÚBLICO - EDITAL N.º 01/2017- SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL
DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE – MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL/RS**

PARECER DA BANCA EXAMINADORA

CARGO: ASSISTENTE DE PLANEJAMENTO

QUESTÃO 36	GABARITO PRELIMINAR: E
<p><i>Analisar a sentença abaixo:</i></p> <p><i>O adicional noturno integrará a base de cálculo da contribuição previdenciária, para efeito de cálculo de benefício de aposentadoria e pensão, pela média das contribuições efetuadas (1ª parte). Os servidores que exercerem suas atividades em contato com explosivos ou materiais inflamáveis, em condições de periculosidade, terão direito a uma gratificação adicional de 30% sobre o vencimento básico que perceberem (2ª parte). O servidor convocado para prestação de plantão ou serviço extraordinário que não seja realizado em domingos e feriados civis e religiosos perceberá um adicional correspondente à retribuição devida pelo trabalho cumprido em horário normal, acrescida, no mínimo, de 50%, e será pago por hora de trabalho efetivamente realizado (3ª parte).</i></p> <p><i>A sentença está:</i></p> <p><i>a) Correta somente em sua 1ª parte.</i> <i>b) Correta somente em suas 1ª e 2ª partes.</i> <i>c) Correta somente em suas 1ª e 3ª partes.</i> <i>d) Correta somente em suas 2ª e 3ª partes.</i> <i>e) Totalmente correta.</i></p>	

Tendo em vista o recurso interposto, manifesta-se a Banca Examinadora conforme segue:

Preliminarmente, é importante destacar que o conteúdo da presente questão está contemplado no edital do certame no tópico Legislação, sendo elaborada com base em: CAXIAS DO SUL. *Lei Complementar n.º 3.673*, de 24 de junho de 1991 e alterações (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Caxias do Sul) - Título IV – Dos Direitos e Vantagens: Capítulo III – Das Vantagens Pecuniárias: Seção IV – Dos Avanços, das Gratificações e Adicionais.

De acordo com a referida legislação, tem-se que:

Art. 140. Ao servidor convocado para prestar serviço noturno, será atribuído adicional de 20% (vinte por cento) sobre a hora normal efetivamente cumprida em horário noturno. (Redação dada pela Lei Complementar nº 485, de 19 de junho de 2015)

§ 1º O adicional noturno integrará a base de cálculo da contribuição previdenciária, para efeito de cálculo de benefício de aposentadoria e pensão, pela média das contribuições efetuadas. (Redação dada pela Lei Complementar nº 485, de 19 de junho de 2015)

Art. 141. O servidor convocado para prestação de plantão ou serviço extraordinário perceberá um adicional correspondente a retribuição devida pelo trabalho cumprido em horário normal, acrescida, no mínimo, de 50% (cinquenta por cento). (Redação dada pela Lei Complementar nº 468, de 5 de setembro de 2014)

Art. 143. Os servidores que exercerem suas atividades em contato com explosivos ou materiais inflamáveis, em condições de periculosidade, terão direito a uma gratificação adicional de trinta por cento (30%) sobre o vencimento básico que perceberem.

Outrossim, cabe destacar que a terceira parte da sentença abordou a regra geral, em se tratando de convocação para prestação de plantão ou serviço extraordinário que não seja realizado em domingos e feriados civis e religiosos, do qual não se coaduna com a exceção prevista no §6º do Art. 76, em que a não remuneração do serviço extraordinário ocorrerá **necessariamente mediante acordo de compensação com folga**. [grifo nosso]

Em sendo assim, a sentença está totalmente correta – alternativa “e” e, portanto o gabarito deve ser mantido.

CONCLUSÃO: RATIFIQUE-SE o gabarito preliminar.

É o parecer, S.M.J.

Porto Alegre, 19 de maio de 2017.

OBJETIVA Concursos Ltda.



CONCURSO PÚBLICO - EDITAL N.º 01/2017- SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL
DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE – MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL/RS

PARECER DA BANCA EXAMINADORA

CARGO: ASSISTENTE DE PLANEJAMENTO

QUESTÃO 37	GABARITO PRELIMINAR: B
<p>O auxílio-doença prestado aos servidores públicos de cargo efetivo, vedada qualquer percepção cumulativa, será assumido pelo(a):</p> <p>a) INSS. b) FAPS. c) Tesouro municipal. d) SAMAE. e) FAS.</p>	

Tendo em vista o pedido de recurso impetrado, manifesta-se a Banca conforme segue:

Preliminarmente, é importante salientar que o conteúdo da presente questão está contemplado no edital do certame no tópico “Legislação” sendo que foi elaborada com base na *Lei Complementar n.º 241/2005*, que dispõe sobre a organização da previdência social dos servidores públicos do Município de Caxias do Sul.

De acordo com a referida Lei, tem-se que:

Art. 32. O auxílio-doença será devido ao servidor que obtiver licença para tratamento da própria saúde ou por acidente, por período superior a noventa dias.

[...]

§ 2º O auxílio-doença, vedada qualquer percepção cumulativa, será assumido pelo **FAPS**, cujo valor devido poderá ser deduzido das contribuições a cargo do empregador.

Outrossim, segundo o Art. 32 da Lei Complementar n.º 241/2005, a alternativa correta na questão é “b”. Ademais, saliente-se que a referida Lei utiliza a sigla FAPS em toda sua extensão e dá sua definição logo no seu primeiro artigo, conforme segue:

Art. 1º Esta Lei Complementar estabelece os princípios e as normas para o funcionamento do Regime Próprio de Previdência Social dos servidores públicos titulares de cargos efetivos, dos aposentados e pensionistas do Município de Caxias do Sul, cuja organização será baseada em normas gerais de contabilidade e atuária, de modo a garantir equilíbrio financeiro e atuarial na forma de um **Fundo de Aposentadoria e Pensão do Servidor (FAPS)**, observados os seguintes critérios:

[...]

Em sendo assim, a única alternativa correta na questão é “b” e, portanto, o gabarito deve ser mantido.

CONCLUSÃO: RATIFIQUE-SE o gabarito preliminar.

É o parecer, S.M.J.

Porto Alegre, 19 de maio de 2017.

OBJETIVA Concursos Ltda.

**CONCURSO PÚBLICO - EDITAL N.º 01/2017- SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL
DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE – MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL/RS**

PARECER DA BANCA EXAMINADORA

CARGO: ASSISTENTE DE PLANEJAMENTO

QUESTÃO 40	GABARITO PRELIMINAR: B
<p><i>Analisar a sentença abaixo:</i></p> <p><i>As avaliações do Estágio Probatório serão realizadas pela chefia imediata do servidor avaliado, desde que este seja detentor de cargo de provimento efetivo, detentor de Função Gratificada e possua estabilidade no cargo (1ª parte). É de competência da Seção de Avaliação do Estágio Probatório coordenar todo o processo de avaliação do Estágio Probatório (2ª parte). Compõem as Comissões Centrais de Avaliação do Estágio Probatório nas Autarquias e Fundações três servidores estáveis indicados pela autoridade competente e dois servidores estáveis indicados pelo Sindicato dos Servidores Municipais (3ª parte).</i></p> <p><i>A sentença está:</i></p> <p>a) <i>Correta somente em sua 1ª parte.</i> b) <i>Correta somente em suas 1ª e 2ª partes.</i> c) <i>Correta somente em suas 1ª e 3ª partes.</i> d) <i>Correta somente em suas 2ª e 3ª partes.</i> e) <i>Totalmente correta.</i></p>	

Tendo em vista o recurso interposto, manifesta-se a Banca Examinadora conforme segue:

Preliminarmente, é importante salientar que o conteúdo da presente questão está contemplado no edital do certame no tópico “Legislação”, sendo que foi elaborada com base no Decreto Municipal nº 17.752/2015, que aprova o Regulamento do Estágio Probatório a que estão sujeitos os servidores públicos municipais.

De acordo com a referida Lei, tem-se que:

Art. 10. Compõem as Comissões Centrais de Avaliação do Estágio Probatório:

II - nas Autarquias e nas Fundações:

a) 2 (dois) servidores estáveis, indicados pela autoridade competente; e

b) 1 (um) servidor estável, indicado pelo Sindicato dos Servidores Municipais.

§ 1º A autoridade que designar a Comissão Central indicará quem a presidirá.

§ 2º A autoridade responsável em cada entidade designará um ou mais servidores específicos para secretariar sua Comissão Central de Avaliação do Estágio Probatório.

Art. 12. É de competência da Seção de Avaliação do Estágio Probatório:

[...]

III - coordenar todo o processo de avaliação do Estágio Probatório;

Art. 16. As avaliações do Estágio Probatório serão realizadas pela chefia imediata do servidor avaliado, desde que preencha os seguintes requisitos:

a) seja detentor de cargo de provimento efetivo;

b) seja detentor de Função Gratificada; e

c) possua estabilidade no cargo.

Parágrafo único. Verificando-se a hipótese do servidor ter tido mais de uma subordinação no período de avaliação, esta é de competência da chefia perante a qual esteve subordinado por mais tempo, prevalecendo, em caso de igualdade, a última.

De acordo com os dispositivos supracitados, somente a primeira e a segunda parte da sentença estão corretas. Frise-se que as avaliações de desempenho poderão ser feitas por uma Comissão Especial de Avaliação, se assim determinar o Secretário do órgão, constituída por número de 3 ou 5 servidores de provimento efetivo e estáveis no serviço público, designados por meio de Portaria, lotados no mesmo órgão. Note-se que há um elevado formalismo para que o servidor seja avaliado por uma comissão, que depende de determinação do secretário do órgão, o que não torna o conteúdo da primeira parte da sentença incorreto, tendo em vista que as avaliações do Estágio Probatório deverão ser realizadas pela chefia imediata do servidor avaliado, desde que atendidos os requisitos mínimos.

Em sendo assim, a sentença está correta somente em suas 1ª e 2ª partes - alternativa "b" e, portanto, o gabarito deve ser mantido.

CONCLUSÃO: RATIFIQUE-SE o gabarito preliminar.

É o parecer, S.M.J.

Porto Alegre, 19 de maio de 2017.

OBJETIVA Concursos Ltda.



**CONCURSO PÚBLICO - EDITAL N.º 01/2017- SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL
DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE – MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL/RS**

PARECER DA BANCA EXAMINADORA

CARGO: ASSISTENTE DE PLANEJAMENTO

QUESTÃO 43	GABARITO PRELIMINAR: E
<p><i>Segundo a Lei nº 8.666/1993 - Lei das Licitações, a duração dos contratos administrativos ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos, entre outros:</i></p> <p><i>I - Aos projetos cujos produtos estejam contemplados nas metas estabelecidas no Plano Plurianual, os quais poderão ser prorrogados se houver interesse da Administração e desde que isso tenha sido previsto no ato convocatório.</i></p> <p><i>II - À prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a 60 meses.</i></p> <p><i>III - Ao aluguel de equipamentos e à utilização de programas de informática, podendo a duração estender-se pelo prazo de até 48 meses após o início da vigência do contrato.</i></p> <p><i>Está(ão) CORRETO(S):</i></p> <p><i>a) Somente o item I.</i></p> <p><i>b) Somente o item II.</i></p> <p><i>c) Somente os itens I e II.</i></p> <p><i>d) Somente os itens II e III.</i></p> <p><i>e) Todos os itens.</i></p>	

Tendo em vista o recurso interposto, manifesta-se a Banca Examinadora conforme segue:

Preliminarmente, é importante salientar que o conteúdo da presente questão está contemplado no edital do certame no tópico “Legislação”, sendo que foi elaborada com base na Lei nº 8.666/1993.

De acordo com a referida Lei, tem-se que:

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

I - aos projetos cujos produtos estejam contemplados nas metas estabelecidas no Plano Plurianual, os quais poderão ser prorrogados se houver interesse da Administração e desde que isso tenha sido previsto no ato convocatório;

II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses

IV - ao aluguel de equipamentos e à utilização de programas de informática, podendo a duração estender-se pelo prazo de até 48 (quarenta e oito) meses após o início da vigência do contrato.

Em relação ao item II, o prazo somente poderá ser de 72 meses quando em caráter excepcional, devidamente justificado e mediante autorização da autoridade superior, conforme previsão do Art. 57, §4º da Lei nº 8.666/1993. Desse modo, o que vale é a regra geral para efeitos da duração dos contratos.

Em sendo assim, todos os itens estão corretos - alternativa “e” e, portanto, o gabarito deve ser mantido.

CONCLUSÃO: RATIFIQUE-SE o gabarito preliminar.

É o parecer, S.M.J.

Porto Alegre, 19 de maio de 2017.

OBJETIVA Concursos Ltda.

**CONCURSO PÚBLICO - EDITAL N.º 01/2017- SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL
DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE – MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL/RS**

PARECER DA BANCA EXAMINADORA

CARGO: ASSISTENTE DE PLANEJAMENTO

QUESTÃO 44	GABARITO PRELIMINAR: D
<p>A Lei nº 8.666/1993 - Lei das Licitações dispõe que: “constitui motivo para rescisão do contrato a não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto” (artigo 78, inciso XVI). Essa previsão legal corresponde a qual das hipóteses que justificam a inexecução do contrato?</p> <p>a) Fato do príncipe. b) Força maior. c) Caso fortuito. d) Fato da administração. e) Interferências imprevistas.</p>	

Tendo em vista o recurso interposto, manifesta-se a Banca Examinadora conforme segue:

Preliminarmente, é importante salientar que o conteúdo da presente questão está contemplado no edital do certame no tópico “Conhecimentos Específicos”, sendo que foi elaborada com base na Lei nº 8.666/1993.

O candidato, em suas razões recursais, insurge-se quanto ao conteúdo da questão, afirmando que o Art. 48 da Lei nº 8.666/1993 não constava da previsão editalícia.

Cumprido destacar que, conforme consta do enunciado, o artigo da Lei utilizado foi o Art. 78. Ademais, o assunto abordado na questão está previsto nos conteúdos específicos do cargo. Vejamos:

4.2.1.2 Aplicações de Direito Administrativo, Licitações e Contratos: [...] licitações (Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei n.º ~~40.232~~, 12.232, de 29 de abril de 2010) – aspectos gerais, finalidades, normatização, princípios da licitação expressos e implícitos, fases, comissões, tipos, modalidades (concorrência, tomada de preços, convite, concurso, leilão), sistema de registro de preços, pregão (histórico, campo de aplicação, vedações, inversão das fases, negociações), contratação sem licitação (dispensa e inexigibilidade), anulação e revogação, recursos administrativos, processos de dispensa, inexigibilidade e retardamento; contratos administrativos – aspectos gerais (relação jurídica, disciplina constitucional, espécies, solenidades, cláusulas essenciais e exorbitantes, eficácia, vigência), características, alterações unilaterais, rescisão unilateral, poder de fiscalização, sanções contratuais, garantias, **teoria da imprevisão (fato do príncipe, fato da administração, caso fortuito e força maior, interferências imprevistas, equação do equilíbrio econômico-financeiro)**, repactuação, reajuste e revisão, extinção, sanções administrativas, crimes e penas, formas de recebimento do objeto.[grifo nosso].

Outrossim, ocorre o *fato da administração* quando uma ação ou omissão do poder público, especificamente relacionada ao contrato, impede ou retarda a execução, que é o caso da questão.

Em sendo assim, a única alternativa correta na questão é “d” e, portanto, o gabarito deve ser mantido.

CONCLUSÃO: RATIFIQUE-SE o gabarito preliminar.

É o parecer, S.M.J.

Porto Alegre, 19 de maio de 2017.

OBJETIVA Concursos Ltda.



**CONCURSO PÚBLICO - EDITAL N.º 01/2017- SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL
DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE – MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL/RS**

PARECER DA BANCA EXAMINADORA

CARGO: ASSISTENTE DE PLANEJAMENTO

QUESTÃO 46	GABARITO PRELIMINAR: D
<p><i>Segundo a Lei nº 10.028/2000, são considerados crimes contra as finanças públicas, EXCETO:</i></p> <ul style="list-style-type: none"><i>a) Prestar garantia em operação de crédito sem que tenha sido constituída contragarantia em valor igual ou superior ao valor da garantia prestada, na forma da lei.</i><i>b) Deixar de ordenar, de autorizar ou de promover o cancelamento do montante de restos a pagar inscrito em valor superior ao permitido em lei.</i><i>c) Ordenar, autorizar ou realizar operação de crédito, interno ou externo, sem prévia autorização legislativa.</i><i>d) Deixar de divulgar ou de enviar ao Poder Legislativo e ao Tribunal de Contas o relatório de gestão fiscal, nos prazos e condições estabelecidos em lei.</i><i>e) Ordenar ou autorizar a inscrição em restos a pagar, de despesa que não tenha sido previamente empenhada ou que exceda a limite estabelecido em lei.</i>	

Tendo em vista o recurso interposto, manifesta-se a Banca Examinadora conforme segue:

Preliminarmente, é importante salientar que o conteúdo da presente questão está contemplado no edital do certame no tópico “Administração Orçamentária e Financeira - crimes contra as finanças públicas”, sendo que foi elaborada com base na Lei nº 10.028/2000.

Da referida Lei, tem-se que:

Art. 5º Constitui infração administrativa contra as leis de finanças públicas:

I - deixar de divulgar ou de enviar ao Poder Legislativo e ao Tribunal de Contas o relatório de gestão fiscal, nos prazos e condições estabelecidos em lei;

[...]

§ 1º A infração prevista neste artigo é punida com multa de trinta por cento dos vencimentos anuais do agente que lhe der causa, sendo o pagamento da multa de sua responsabilidade pessoal.

Em que pese a alternativa “d” da questão corresponder a uma infração administrativa, a mesma não é, segundo a Lei nº 10.028/2000, um crime financeiro, razão pelo qual a mesma está incorreta.

Em sendo assim, a única alternativa incorreta na questão é “d” e, portanto, o gabarito deve ser mantido.

CONCLUSÃO: RATIFIQUE-SE o gabarito preliminar.

É o parecer, S.M.J.

Porto Alegre, 19 de maio de 2017.

OBJETIVA Concursos Ltda.

**CONCURSO PÚBLICO - EDITAL N.º 01/2017- SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL
DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE – MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL/RS**

PARECER DA BANCA EXAMINADORA

CARGO: ASSISTENTE DE PLANEJAMENTO

QUESTÃO 48	GABARITO PRELIMINAR: A
<p><i>Em conformidade com a Lei nº 12.527/2011, que regula o acesso a informações, marcar C para as afirmativas Certas, E para as Erradas e, após, assinalar a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:</i></p> <p>() <i>Sem prejuízo da segurança e da proteção das informações e do cumprimento da legislação aplicável, o órgão ou entidade poderá oferecer meios para que o próprio requerente possa pesquisar a informação de que necessitar.</i></p> <p>() <i>Quando não for autorizado o acesso por se tratar de informação total ou parcialmente sigilosa, o requerente deverá ser informado sobre a possibilidade de recurso, prazos e condições para sua interposição, devendo, ainda, ser-lhe indicada a autoridade competente para sua apreciação.</i></p> <p>() <i>Quando se tratar de acesso à informação contida em documento cuja manipulação possa prejudicar sua integridade, deverá ser oferecida a consulta de cópia, com certificação de que esta confere com o original. Na impossibilidade de obtenção de cópias, o interessado poderá solicitar que a reprodução seja feita por outro meio que não ponha em risco a conservação do documento original, sempre a expensas da Administração e sob supervisão de servidor público.</i></p> <p>a) C - C - E. b) E - C - C. c) C - E - E. d) E - C - E. e) C - C - C.</p>	

Tendo em vista o recurso interposto, manifesta-se a Banca Examinadora conforme segue:

Preliminarmente, é importante salientar que o conteúdo da presente questão está contemplado no edital do certame no tópico “Administração Orçamentária e Financeira: transparência e acesso a informações - acesso e divulgação, procedimentos de acesso, restrições e responsabilidades” sendo que foi elaborada com base na Lei n.º 12.527/2011.

De acordo com a referida Lei, tem-se que:

Art. 11. O órgão ou entidade pública deverá autorizar ou conceder o acesso imediato à informação disponível.

[...]

§ 3º Sem prejuízo da segurança e da proteção das informações e do cumprimento da legislação aplicável, o órgão ou entidade poderá oferecer meios para que o próprio requerente possa pesquisar a informação de que necessitar.

§ 4º Quando não for autorizado o acesso por se tratar de informação total ou parcialmente sigilosa, o requerente deverá ser informado sobre a possibilidade de recurso, prazos e condições para sua interposição, devendo, ainda, ser-lhe indicada a autoridade competente para sua apreciação.

Art. 13. Quando se tratar de acesso à informação contida em documento cuja manipulação possa prejudicar sua integridade, deverá ser oferecida a consulta de cópia, com certificação de que esta confere com o original.

Parágrafo único. Na impossibilidade de obtenção de cópias, **o interessado poderá solicitar que, a suas expensas** e sob supervisão de servidor público, a reprodução seja feita por outro meio que não ponha em risco a conservação do documento original. [grifo nosso].



Conforme o Art. 11, a primeira e segunda afirmativas estão totalmente corretas. Em relação à terceira afirmativa, o que a torna incorreta é o fato de que, conforme dispõe o Art. 13, o responsável pelos custos da obtenção de cópias é o próprio interessado e, não, “sempre a expensas da Administração”, conforme constou.

Em sendo assim, a sequência correta é “C-C-E” - alternativa “a” e, portanto, o gabarito deve ser mantido.

CONCLUSÃO: RATIFIQUE-SE o gabarito preliminar.

É o parecer, S.M.J.

Porto Alegre, 19 de maio de 2017.

OBJETIVA Concursos Ltda.





CONCURSO PÚBLICO - EDITAL N.º 01/2017- SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL
DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE – MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL/RS

PARECER DA BANCA EXAMINADORA

CARGO: ASSISTENTE DE PLANEJAMENTO

QUESTÃO 50	GABARITO PRELIMINAR: A
<p><i>Enquanto os requisitos dos atos administrativos constituem condições que devem ser observadas para sua válida edição, os atributos podem ser entendidos como as características inerentes aos atos administrativos. O atributo pelo qual o Poder Público exerce com agilidade suas atribuições, sendo este seu principal fundamento tendo em conta a defesa do interesse público, denomina-se:</i></p> <p>a) Presunção de legitimidade. b) Tipicidade. c) Imperatividade. d) Autoexecutoriedade. e) Discricionariedade.</p>	

Tendo em vista o recurso interposto, manifesta-se a Banca Examinadora conforme segue:

Preliminarmente, é importante salientar que o conteúdo da presente questão está contemplado no edital do certame no tópico “Atos administrativos - atributos do ato administrativo (presunção de legitimidade)” sendo que foi elaborada com base na renomada obra de ALEXANDRINO e PAULO (Direito Administrativo Descomplicado, 20ª Ed).

Quanto ao atributo da presunção de legitimidade do ato administrativo, a obra acima referida (p. 476) assim define:

A presunção de legitimidade ou presunção de legalidade é um atributo presente em todos os atos administrativos, quer imponham obrigações, quer reconheçam ou confirmem direitos aos administrados. Esse atributo deflui da própria natureza do ato administrativo, está presente desde o nascimento do ato e independe de norma legal que o preveja. **O fundamento da presunção de legitimidade dos atos administrativos é a necessidade de que o poder público possa exercer com agilidade suas atribuições, tendo em conta o interesse público.** Essa agilidade inexistiria caso a administração dependesse de manifestação prévia do Poder Judiciário quanto à validade de seus atos toda vez que o editasse. Dessarte, em regra, o ato administrativo obriga os administrados por ele atingidos, ou produz os efeitos que lhe são próprios, desde o momento de sua edição, ainda que alguém aponte a existência de vícios em sua formação, que possam acarretar a futura invalidação do ato. **Esse requisito autoriza, assim, a imediata execução de um ato administrativo [...].**
[grifo nosso]

Importante destacar que a presunção de legitimidade do ato administrativo é que confere a autoexecutoriedade. Os atos autoexecutórios são os que podem ser materialmente implementados pela Administração, diretamente, inclusive mediante o uso da força, se necessária, sem que a administração precise obter autorização judicial prévia. Decorre da lei ou em situações de urgência.

Em que pese a autoexecutoriedade advir da necessidade de defesa ágil dos interesses da sociedade, é *um atributo que não está presente em todos os atos administrativos*, tendo em vista que em relação às multas aplicadas ao administrado, embora independa de manifestação prévia do Poder Judiciário, a



execução (cobrança forçada) da quantia correspondente, caso não haja o pagamento espontâneo, deverá ser realizada judicialmente.

Em sendo assim, a única alternativa correta na questão é “a” e, portanto, o gabarito deve ser mantido.

CONCLUSÃO: RATIFIQUE-SE o gabarito preliminar.

É o parecer, S.M.J.

Porto Alegre, 19 de maio de 2017.

OBJETIVA Concursos Ltda.





CONCURSO PÚBLICO - EDITAL N.º 01/2017- SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL
DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE – MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL/RS

PARECER DA BANCA EXAMINADORA

CARGO: ASSISTENTE DE PLANEJAMENTO

QUESTÃO 52	GABARITO PRELIMINAR: A
<p><i>A possibilidade de exigência de garantia dos licitantes integra a fase de habilitação do procedimento licitatório, especificamente a comprovação de qualificação econômico-financeira. Com base na Lei nº 8.666/1993 - Lei das Licitações, quanto à exigência de garantia, assinalar a alternativa que preenche a lacuna abaixo CORRETAMENTE:</i></p> <p><i>A garantia prestada pelos licitantes, quando o objeto da licitação for a celebração de contratos de obras, serviços e compras, é limitada a ____ do valor estimado do objeto da contratação e será prestada nas mesmas modalidades e segundo os mesmos critérios previstos para a garantia passível de ser exigida na celebração dos contratos administrativos.</i></p> <p>a) 1% b) 2% c) 4% d) 5% e) 10%</p>	

Tendo em vista o recurso interposto, manifesta-se a Banca Examinadora conforme segue:

Preliminarmente, é importante salientar que o conteúdo da presente questão está contemplado no edital do certame no tópico “Legislação”, sendo que foi elaborada com base na Lei nº 8.666/1993.

De acordo com a referida Lei, tem-se que:

Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a:
[...]
III - garantia, nas mesmas modalidades e critérios previstos no "caput" e § 1º do art. 56 desta Lei, **limitada a 1% (um por cento) do valor estimado do objeto da contratação.**

Cumprir destacar que a questão está se referindo à possibilidade de exigência de garantia dos **licitantes** na **fase de habilitação** do procedimento licitatório, que é limitada a 1% do valor estimado do objeto da contratação (art. 31, III). Não se pode confundir com a garantia que poderá ser exigida dos **contratados**, a critério da autoridade competente e desde que prevista no instrumento convocatório, nas contratações de obras, serviços e compras, não podendo exceder a 5% do valor do contrato (art. 56, III).

Em sendo assim, a única alternativa correta na questão é “a” e, portanto, o gabarito deve ser mantido.

CONCLUSÃO: RATIFIQUE-SE o gabarito preliminar.

É o parecer, S.M.J.

Porto Alegre, 19 de maio de 2017.

OBJETIVA Concursos Ltda.

**CONCURSO PÚBLICO - EDITAL N.º 01/2017- SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL
DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE – MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL/RS**

PARECER DA BANCA EXAMINADORA

CARGO: ASSISTENTE DE PLANEJAMENTO

QUESTÃO 53	GABARITO PRELIMINAR: E
<p><i>Em relação às autarquias, analisar a sentença abaixo:</i></p> <p><i>As autarquias integram a Administração Indireta, representando uma forma de descentralização administrativa mediante a personificação de um serviço retirado da administração centralizada. Por esse motivo, em regra, somente devem ser outorgados serviços públicos típicos às autarquias, e não atividade econômicas em sentido estrito, ainda que estas possam ser consideradas de interesse social (1ª parte). Os bens das autarquias são considerados bens públicos, gozando dos mesmos privilégios atribuídos aos bens públicos em geral, como a imprescritibilidade e a impenhorabilidade (2ª parte). A imunidade tributária de que as autarquias gozam também alcança a exploração de atividades estranhas aos seus fins próprios, desde que a renda decorrente dessa exploração seja integralmente destinada à manutenção ou ampliação das finalidades essenciais da entidade (3ª parte).</i></p> <p><i>A sentença está:</i></p> <p>a) <i>Correta somente em sua 1ª parte.</i> b) <i>Correta somente em suas 1ª e 2ª partes.</i> c) <i>Correta somente em suas 1ª e 3ª partes.</i> d) <i>Correta somente em suas 2ª e 3ª partes.</i> e) <i>Totalmente correta.</i></p>	

Tendo em vista o recurso interposto, manifesta-se a Banca Examinadora conforme segue:

Preliminarmente, é importante salientar que o conteúdo da presente questão está contemplado no edital do certame no tópico “organização administrativa - entidades da administração pública indireta”, sendo que foi elaborada com base na obra de ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. *Direito Administrativo Descomplicado*. Método.

De acordo com a referida obra, tem-se que:

As autarquias integram a administração indireta, representando uma forma de descentralização administrativa mediante a personificação de um serviço retirado da administração centralizada. Por esse motivo, em regra, somente devem ser outorgados serviços públicos típicos às autarquias, e não atividade econômicas em sentido estrito, ainda que estas possam ser consideradas de interesse social (as entidades da administração indireta preordenadas ao desempenho de atividades econômicas em sentido estrito são as empresas públicas e as sociedades de economia mista, consoante se depreende da leitura do art. 173 da Constituição). [pg. 39].

Os bens das autarquias são considerados bens públicos, gozando dos mesmos privilégios atribuídos aos bens públicos em geral, como a imprescritibilidade (não podem ser adquiridos mediante usucapião) e a impenhorabilidade (não podem ser objeto de penhora, ato processual que implica a constrição de bens do devedor a fim de garantir uma execução judicial; a execução judicial contra uma autarquia está sujeita ao regime de precatórios, previsto no art. 100 da Constituição). [pg. 43].

O Supremo Tribunal Federal tem decidido que a imunidade tributária também alcança a exploração de atividades estranhas aos seus fins próprios, desde que a renda decorrente dessa exploração seja integralmente destinada à manutenção ou ampliação das finalidades essenciais da entidade [pg. 54].

Cabe destacar que, embora não conste do edital a relação de bibliografias, a questão está plenamente de acordo com os conteúdos programáticos contemplados no cargo. Ademais, a obra é, indiscutivelmente, referência e de amplo conhecimento na área de Direito Administrativo.

Ademais, cumpre salientar que a análise do texto da lei, juntamente ao entendimento e aplicação prática das normas pelos tribunais superiores, é imprescindível. Outrossim, para que o candidato pudesse estudar os institutos do direito administrativo de forma completa, como por exemplo, as Autarquias, o mesmo necessariamente deveria buscar auxílio na doutrina majoritária, uma vez que não há legislação específica que aborde o tema.

Em sendo assim, a sentença está totalmente correta - alternativa "e" e, portanto, o gabarito deve ser mantido.

CONCLUSÃO: RATIFIQUE-SE o gabarito preliminar.

É o parecer, S.M.J.

Porto Alegre, 19 de maio de 2017.

OBJETIVA Concursos Ltda.

CONCURSO PÚBLICO - EDITAL N.º 01/2017- SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL
DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE – MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL/RS

PARECER DA BANCA EXAMINADORA

CARGO: ASSISTENTE DE PLANEJAMENTO

QUESTÃO 54	GABARITO PRELIMINAR: B
<p>A despesa pública pode ser definida sob dois aspectos fundamentais: aspecto geral e aspecto específico. Quanto ao aspecto específico, é CORRETO afirmar que:</p> <p>a) Designa o conjunto dos dispêndios do Estado no atendimento dos serviços e encargos assumidos no interesse da população.</p> <p>b) É a aplicação de certa quantia, em dinheiro, por parte da autoridade ou agente público competente dentro de uma autorização legislativa.</p> <p>c) Corresponde a todos os ingressos disponíveis para cobertura das despesas orçamentárias e operações que, mesmo não havendo ingresso de recursos, financiam despesas orçamentárias.</p> <p>d) É a despesa proveniente de bens pertencentes ao patrimônio do Estado.</p> <p>e) É aquela despesa executada por entidades privadas e que consta na previsão orçamentária aprovada por ato de conselho superior ou outros procedimentos internos para sua consecução.</p>	

Tendo em vista o pedido de recurso impetrado, manifesta-se a Banca expondo o que segue:

Preliminarmente, é importante salientar que o conteúdo da presente questão está contemplado no edital do certame no tópico “despesa pública – conceitos, reconhecimento, classificações, fontes, etapas, controle, avaliação; créditos adicionais”, sendo que foi elaborada com base na obra: SILVA, Lino Martins. Contabilidade Governamental, *um enfoque administrativo da nova contabilidade pública*. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

De acordo com a referida obra (p.247), tem-se que:



Sumário	
Contabilidade governamental: um enfoque administrativo da...	Silva, Lino Martins da
iv	Sumário
xiv	Apresentação da 9ª Edição
1	1 A Contabilidade Pública e o Campo de sua Aplicação
121	2 Patrimônio na Administração Pública
155	3 Inventário na Administração Pública
172	4 Orçamento Público
209	5 Escrituração na Administração Pública

Orçamento Público 247

4.9 Despesas públicas

4.9.1 Definição

Constituem despesa todos os desembolsos efetuados pelo Estado no atendimento dos serviços e encargos assumidos no interesse geral da comunidade, nos termos da Constituição, das leis, ou em decorrência de contratos ou outros instrumentos.

A despesa pode ser definida sob dois aspectos fundamentais:

- sob o aspecto geral, designa o conjunto dos dispêndios do Estado no atendimento dos serviços e encargos assumidos no interesse da população. Constitui o programa anual de governo;
- sob o aspecto específico, a aplicação de certa quantia, em dinheiro, por parte da autoridade ou agente público competente dentro de uma autorização legislativa.

Quanto à eventual argumento de que não havia especificação no conteúdo programático do cargo a referida divisão da despesa pública, verifica-se que tal tópico pode ser incluído em classificação da despesa pública ou no tópico conceito, restando claro que sim, o mesmo estava contemplado no conteúdo. Também se verifica que tal tema não está presente somente em doutrinas, mas sim em obras consagradas pela literatura da área, tais como a destacada acima.

Outrossim, quanto à alegação de eventual similaridade entre o conteúdo da presente questão com outros referenciais publicados, a mesma não merece prosperar. Cumpre enfatizar que não se trata, sob nenhum aspecto, de enunciado e/ou alternativas idênticos, de modo que não se vislumbra quaisquer aspectos que comprometam o ineditismo do seu enunciado e de sua resolução.

Em sendo assim, a única alternativa correta na questão é “b” e, portanto, o gabarito deve ser mantido.

CONCLUSÃO: RATIFIQUE-SE o gabarito preliminar.

É o parecer, S.M.J.

Porto Alegre, 19 de maio de 2017.

OBJETIVA Concursos Ltda.





CONCURSO PÚBLICO - EDITAL N.º 01/2017- SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL
DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE – MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL/RS

PARECER DA BANCA EXAMINADORA

CARGO: ASSISTENTE DE PLANEJAMENTO

QUESTÃO 56	GABARITO PRELIMINAR: C
<p><i>Sobre suprimimento de fundos, analisar os itens abaixo:</i></p> <p><i>I - São despesas passíveis de realização por meio de suprimimento de fundos aquelas de pequeno vulto, assim entendidas, cujo valor em cada caso não ultrapasse o limite estabelecido em lei.</i></p> <p><i>II - O prazo de aplicação do suprimimento não deve exceder a 60 dias, nem ultrapassar o exercício financeiro, devendo a prestação de contas da importância aplicada até 31 de dezembro ser apresentada até o dia 15 de janeiro subsequente.</i></p> <p><i>III - Não se dará suprimimento de fundos ao servidor já responsável por três suprimimentos.</i></p> <p><i>IV - O servidor que receber suprimimento de fundos está obrigado a prestar contas de sua aplicação no prazo assinalado pelo ordenador de despesa. Caso contrário, será instaurada Tomada de Contas Especial para apuração das responsabilidades, sem prejuízo de outras providências administrativas e imposição das penalidades cabíveis.</i></p> <p><i>Estão CORRETOS:</i></p> <p><i>a) Somente os itens I e II.</i></p> <p><i>b) Somente os itens I e III.</i></p> <p><i>c) Somente os itens I e IV.</i></p> <p><i>d) Somente os itens I, III e IV.</i></p> <p><i>e) Somente os itens II, III e IV.</i></p>	

Tendo em vista o recurso interposto, manifesta-se a Banca Examinadora conforme segue:

Preliminarmente, é importante salientar que o conteúdo da presente questão está contemplado no edital do certame no tópico 4.2.1.3 *Contabilidade Aplicada ao Setor Público*: [...] despesa orçamentária (conceito, classificações, créditos orçamentários iniciais e adicionais, reconhecimento da despesa orçamentária, etapas, restos a pagar, despesas de exercícios anteriores, *suprimimento de fundos*).

Considerando o teor da Lei n.º 4.320/64 (Art. 69) e do Decreto n.º 93.872/86 (Art. 45, §3, “a”), o item III apresenta informação correta.

Em sendo assim, estão corretos somente os itens I, III e IV – alternativa “d” e, portanto, o gabarito deve ser retificado.

CONCLUSÃO: RETIFIQUE-SE o gabarito para alternativa “D”.

É o parecer, S.M.J.

Porto Alegre, 19 de maio de 2017.

OBJETIVA Concursos Ltda.

CONCURSO PÚBLICO - EDITAL N.º 01/2017- SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL
DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE – MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL/RS

PARECER DA BANCA EXAMINADORA

CARGO: ASSISTENTE DE PLANEJAMENTO

QUESTÃO 59	GABARITO PRELIMINAR: D
<p>Assinalar a alternativa que preenche a lacuna abaixo CORRETAMENTE:</p> <p>_____ são despesas orçamentárias destinadas a atender a despesas de investimentos ou inversões financeiras de outras esferas de governo ou de entidades privadas sem fins lucrativos, utilizados(as) para transferências de capital, derivadas diretamente da lei orçamentária.</p> <p>a) Subvenções b) Convênios c) Contribuições d) Auxílios e) Transferências</p>	

Tendo em vista o recurso interposto, manifesta-se a Banca Examinadora conforme segue:

Preliminarmente, é importante salientar que o conteúdo da presente questão está contemplado no edital do certame no tópico 4.2.1.1 *Administração Orçamentária e Financeira*: [...] convênios, repasses e auxílios; crimes contra as finanças públicas [...], sendo que foi elaborada com base na obra: BEZERRA FILHO, João Eudes, *Orçamento aplicado ao setor público: abordagem simples e objetiva/atual; Constituição Federal, Lei nº 4.320/64, LRF e Portarias da SOF/STN-MCASP*. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2013.

De acordo com a referida obra, tem-se que:



Orçamento Aplicado ao Setor Público: Abordagem Simples...	Bezerra Filho, João Eudes
v	Sumário
ix	Prefácio
xi	Agradecimentos
1	1 Introdução ao estudo do orçamento aplicado ao setor... >
63	2 Receita pública sob o enfoque orçamentário >
133	3 Despesa pública sob o enfoque orçamentário >
191	4 Particularidades inerentes ao estudo da despesa pública >
239	Anexos

4.7.3 Auxílios

Despesas orçamentárias destinadas a atender a despesas de investimentos ou inversões financeiras de outras esferas de governo ou de entidades privadas sem fins lucrativos, previstas no § 6º do art. 12 da Lei nº 4.320/1964, devendo ser observado o disposto nos arts. 25 e 26 da Lei Complementar nº 101/2000.

Os auxílios são utilizados para transferências de capital aos entes da Federação e a entidades privadas sem fins lucrativos, **derivadas diretamente da lei orçamentária** (se a transferência de capital for autorizada em lei especial, trata-se de “contribuições”).

Os “auxílios” acolhem as “transferências voluntárias” ou os ditos “convênios”, para realização de DESPESAS DE CAPITAL; geralmente, quando se trata de transferências a outras esferas de governo formaliza-se o “TERMO DE CONVÊNIO”, devendo, o ENTE receptor, proceder à devida Prestação de Contas ao Controle Interno do ENTE Repassador.

Ainda é importante relacionar a definição supra elencada com o teor do § 6º do Art. 12 da Lei n.º 4.320/64. Vejamos:

Art. 12. A despesa será classificada nas seguintes categorias econômicas:

[...]

§ 3º Consideram-se subvenções, para os efeitos desta lei, as transferências destinadas a cobrir despesas de custeio das entidades beneficiadas, distinguindo-se como:

I - subvenções sociais, as que se destinem a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial ou cultural, sem finalidade lucrativa;

II - subvenções econômicas, as que se destinem a empresas públicas ou privadas de caráter industrial, comercial, agrícola ou pastoril.

[...]

§ 6º São Transferências de Capital as dotações para investimentos ou inversões financeiras que outras pessoas de direito público ou privado devam realizar, independentemente de contraprestação direta em bens ou serviços, constituindo essas transferências auxílios ou contribuições, segundo derivem diretamente da Lei de Orçamento ou de lei especialmente anterior, bem como as dotações para amortização da dívida pública.

[grifo nosso]

Ademais, há que se considerar a análise correta das alternativas propostas em relação ao enunciado. Não temos “transferência de capital” como uma das opções; o que temos no elenco é apenas o tópico “transferência” que, analisada dentro da proposta do enunciado, não se pode alocar, pois aqui está no âmbito geral, e transferência no sentido maior, abrange as transferências de capital, que reporta aos investimentos ou inversões financeiras, mas também reporta às transferências correntes, que são as destinadas à manutenção ou a cobrir despesas operacionais das entidades.

Outrossim, não se trata de subvenção, uma vez observado o § 3º do Art. 12, que delimita o conceito da mesma, evidenciando que se refere apenas às transferências destinadas a cobrir despesas de *custeio* das entidades beneficiadas.

Em sendo assim, a única alternativa que preenche corretamente a lacuna é “auxílios” - alternativa “d” e, portanto, o gabarito deve ser mantido.

CONCLUSÃO: RATIFIQUE-SE o gabarito preliminar.

É o parecer, S.M.J.

Porto Alegre, 19 de maio de 2017.

OBJETIVA Concursos Ltda.



CONCURSO PÚBLICO - EDITAL N.º 01/2017- SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL
DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE – MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL/RS

PARECER DA BANCA EXAMINADORA

CARGO: ASSISTENTE DE PLANEJAMENTO

QUESTÃO 60	GABARITO PRELIMINAR: B
<p>Sobre os objetivos do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), marcar C para as afirmativas Certas, E para as Erradas e, após, assinalar a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:</p> <p>() Estabelecer normas e procedimentos para o registro contábil. () Criar, extinguir, especificar, desdobrar, detalhar e codificar contas. () Viabilizar a consolidação das contas públicas.</p> <p>a) C - E - E. b) C - E - C. c) E - C - E. d) E - E - C. e) C - C - C.</p>	

Tendo em vista o recurso interposto, manifesta-se a Banca Examinadora conforme segue:

Preliminarmente, é importante salientar que o conteúdo da presente questão está contemplado no edital do certame no tópico 4.2.1.3 *Contabilidade Aplicada ao Setor Público*: contextualização – plano de contas aplicado ao setor público (PCASP), aspectos orçamentário, [...].

Considerando que, dentre outros, os procedimentos para o registro contábil são estabelecidos pela SOF (Secretaria do Orçamento Federal) e pela STN (Secretaria do Tesouro Nacional) que, em conjunto, elaboram o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e consolidam os referidos procedimentos, a primeira afirmativa está errada.

Em sendo assim, a primeira e segunda afirmativas estão erradas e a terceira afirmativa está certa (E-E-C) – alternativa “d” e, portanto, o gabarito deve ser retificado.

CONCLUSÃO: RETIFIQUE-SE o gabarito para alternativa “D”.

É o parecer, S.M.J.

Porto Alegre, 19 de maio de 2017.

OBJETIVA Concursos Ltda.

CONCURSO PÚBLICO - EDITAL N.º 01/2017- SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL
DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE – MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL/RS

PARECER DA BANCA EXAMINADORA

CARGO: ASSISTENTE DE PLANEJAMENTO

QUESTÃO 69	GABARITO PRELIMINAR: D
<p>Assinalar a alternativa que preenche a lacuna abaixo CORRETAMENTE:</p> <p>O(A) _____ é a aptidão econômica e jurídica de que desfruta o ente público para, de acordo com a confiança de que possa gozar perante outros entes públicos ou privados, nacionais ou estrangeiros, ou junto ao povo, obter os recursos de que necessita para atender às despesas do interesse público, mediante a promessa de reembolso.</p> <p>a) endividamento público b) dívida ativa c) empréstimo público d) crédito público e) orçamento participativo</p>	

Tendo em vista o recurso interposto, manifesta-se a Banca Examinadora conforme segue:

Preliminarmente, é importante salientar que o conteúdo da presente questão está contemplado no edital do certame no tópico “crédito público”, sendo que foi elaborada com base na obra: CREPALDI, Silvio Aparecido. *Orçamento público: planejamento, elaboração e controle*. São Paulo : Saraiva, 2013.

De acordo com a referida obra, tem-se que:



Orçamento público: planejamento, elaboração e...	CREPALDI, Silvio Aparecido
1	Capítulo 1 - Atividade financeira do estado
17	Capítulo 2 - Orçamento público
53	Capítulo 3 - Receita pública
81	Capítulo 4 - Despesa pública
103	Capítulo 5 - Execução orçamentária da receita

11.1 CONCEITO

O crédito público consiste em uma das formas de que dispõe o Estado para obter recursos públicos, gerando como contrapartida o endividamento. Diz respeito à capacidade do governo de cumprir obrigações financeiras com quem quer que seja inclusive e principalmente com os próprios cidadãos. O assunto é da maior importância porque está na raiz de uma grande questão nacional, talvez a mais importante e polêmica dos últimos anos: as taxas de juros.

O crédito público é a aptidão econômica e jurídica de que desfruta o ente público para, de acordo com a confiança de que possa gozar perante outros entes públicos ou privados, nacionais ou estrangeiros, ou junto ao povo, obter os recursos de que necessita para atender às despesas do interesse público, mediante a promessa de reembolso.

Em sendo assim, a única alternativa correta na questão é “d” e, portanto, o gabarito deve ser mantido.

CONCLUSÃO: RATIFIQUE-SE o gabarito preliminar.

É o parecer, S.M.J.

Porto Alegre, 19 de maio de 2017.

OBJETIVA Concursos Ltda.